



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 17ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2013

2
3

4 No vigésimo quarto dia do mês de outubro de 2013, às 14h, no Auditório do Conselho, na
5 Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes
6 pontos de pauta: **1º) Atas (10ª, 11ª, 15ª e 16ª Plenárias) e Expedientes; 2º) Informes e Assuntos**
7 **Gerais; 3º) Proposta de Resolução do CES/RS – PAM – DST/AIDS-2012; 4º) Proposta de**
8 **Resolução Peça Orçamentária do Governo do Estado para a área da Saúde; 5º) Proposta de**
9 **alteração do Regimento Interno do CES/RS (Art. 23 - Integrantes da Comissão Permanente**
10 **de Fiscalização); 6º) Projeto QualiSUS-Rede/SES/RS; 7º) Debates e Encaminhamentos.**
11 **Titulares:** Odil Gomes, Alcides Pozzobon, Juliana Wingert, Eni Bahia, Camila Jacques, Ana Valls,
12 Ivete Dorneles, Vera Leonardi, João Pawlak, Eder Pereira, Leila Ghizzoni, Sonia Pinheiro, Jairo
13 Tessari, Cristiane Pegoraro, Adão Zanandréa, Ronaldo Bordin **Suplentes:** Liane Gabe, Carmen
14 Pertille, Aurélio Rocha Pereira, Carlos Martins, Sandra Gomes, Sandra Schmitt, Paula Fortunato,
15 Ana Martins, Claudio Augustin, Tatiane Adamski, Maria Kopp, Leonildo Mariani. Conselheira
16 Sonia Pinheiro abre a Plenária. Ela informa que o conselheiro Rafaeli da Silva não é mais titular,
17 sendo substituído por Afonso de Azevedo, e se tornando suplente do Conselheiro Eder Pereira. **1º)**
18 **Atas (10ª, 11ª, 15ª e 16ª Plenárias) e Expedientes:** Convites e avisos, relatados por Sonia Pinheiro
19 e por Alcides Pozzobon: 7 de novembro, reunião do Conselho Gestor do Conselho Geral do
20 Hospital de Tramanbadí; 6 de novembro, 7º Seminário da Saúde do Trabalhador; 31 de outubro,
21 Seminário Macrorregional; Receberam ofício de convite ao CES para uma audiência pública com a
22 Comissão de Finanças para tratar da Peça Orçamentária; 25 de outubro, audiência pública para
23 tratar da Saúde Pública; 26, 27 e 28 de outubro, 5º Encontros de Comissões Interssetoriais, para
24 tratar da 4ª conferência Nacional da Saúde do Trabalhador, com inscrições até 5 de novembro; 27 de
25 outubro para a abertura do 6º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária e do 2º Simpósio
26 Panamericano de Vigilância Sanitário; lançamento do livro Relação entre Capital Social e Saúde:
27 Inserção da Odontologia no SUS, na Feira do Livro; 30 de outubro Ato Nacional do Lançamento da
28 Campanha 25 Anos do SUS: Eu defendo o SUS; 25 de outubro, por parte da Coordenadoria
29 Estadual de Atenção Básica e Saúde da Família para a Reunião Extraordinária da GT para
30 Enfrentamento da Dengue; 30 de outubro, Ato em Defesa do SUS 25 anos de Luta Pelo Direito da
31 Saúde; 30 de novembro, Grande Encontro de Saúde Mental; 29 de outubro, Jantar Festivo dos 25
32 anos do SINDISEPE/RS; 11 de novembro, pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS para
33 Encontro da Comitativa de Auditorias e Visitas Técnicas, realizadas em 25 municípios do estado para
34 verificar a existência de políticas de saúde da população negra e remanescentes de quilombos; 11 e
35 12 de novembro, pela Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa para a Divulgação da Política
36 de Saúde do Trabalhador; 25 de outubro, para a 3ª Parada Gaúcha de Orgulho Louco; 5 e 6 de
37 novembro, 4º Encontro de Apoiadores Regionais da Saúde da População Indígena no RS; 16 de
38 outubro, audiência pública para debater a condição das comunidades indígenas do RS; 4, 5 e 6 de
39 dezembro, 1º Encontro Nacional de Redes de Atenção Psicossocial; 29 de outubro, audiência para
40 discutir a lei do conselho. **2º) Informes e Assuntos Gerais:** Rafaeli se manifesta. Comenta que
41 houve um encontro dos CMS da Região Metropolitana, onde discutiram a lei complementar 141 e
42 estarão presentes no dia 31, no Encontro Macrorregional. Voltarão a se encontrar. Convida o CES a
43 enviar um participante. Diz que se sua entidade está fortalecendo a participação no CES,
44 solicitando, ao Conselho, protocolar um ofício que reconhece o assento do segmento dos
45 trabalhadores. Comenta que querem também acompanhar na pressão para a votação da alteração da
46 lei do CES. Relata também que a propaganda nas redes sociais é forte e que as reuniões regionais
47 dos CMS serão transmitidas pela internet. João Pawlak faz uso da voz. Solicita que o CES envie um
48 ofício ao Conselho Gestor do Hospital de Tramandaí para que faça as suas reuniões em dias

49 diferentes aos das Plenárias do CES. Cláudio faz uso da voz. Diz que a Fundação que trata do
50 Hospital de Tramandaí é a mesma de Sapucaia do Sul, que está inconstitucionalmente executando
51 suas ações. Ele diz que é o mesmo caso da Fundação de Novo Hamburgo e a de Porto Alegre, mas
52 apesar delas terem sido votadas como inconstitucionais, continuam agindo sem impedimento
53 algum. Sobre o ato do dia 30, Cláudio reforça a importância da participação do CES. Comenta a
54 demora da votação da lei 141 e as emendas ilegais e inconstitucionais. Acha que o CES deve fazer
55 um movimento de força política em massa para tratar do assunto, antes que seja tarde, votando até
56 novembro. Ana Valls se manifesta. Comenta sobre o Concurso da Secretaria da Saúde. Ela diz que a
57 lista de profissionais não corresponde às necessidades do SUS, faltando aqueles que se envolvam
58 com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, sendo que o próprio PES previa
59 nas metas ações nessa área. Odil Gomes faz uso da voz. Diz ter assistido aos debates da Assembleia
60 Legislativa quanto as alterações de lei que o CES solicitou, que estão constantemente sendo
61 atrasadas. Odil comenta sobre os que pensam na criação de Conselhos Regionais, uma vez que os
62 CMS já estão em condições precárias e criar Conselhos Regionais é inviável, pois ficará fora de
63 controle e sem devida estrutura necessária, tal como os conselhos municipais. Cristiane faz uso da
64 voz. Comenta sobre a reunião da comissão de saúde mental, com convidados, anunciada na plenária
65 anterior, que visou aumentar o grupo, com sucesso. Jairo faz uso da voz. Comenta dois itens. O
66 primeiro é sobre uma teleconferência ocorrida na data de 23 de outubro, de um debate com o
67 Governador e outras entidades, e que por aparência estava tudo bem. O segundo, sobre a lei do
68 conselho, ele reforça a necessidade de uma batalha política forte para reivindicar os interesses do
69 CES. Eni Bahia reforça a importância dos conselheiros se movimentarem. Jairo Tessari comenta a
70 diferença entre os cenários de quando a lei foi solicitada e do atual, onde emendas estão sendo
71 discutidas. Paulo faz uso da voz. Comenta que o cenário político primeiro envolvia um pedido de
72 emergência e que tinham batalhado procurando todos os líderes de bancada, não só alguns. Reclama
73 da inatividade dos conselheiros e das entidades e questiona se alguns representantes do CES não
74 estariam interessados nessas emendas. Comenta que essas emendas provavelmente não serão
75 aprovadas. Sobre o concurso do SES, diz que já foi encaminhado um parecer questionando o edital.
76 Reclama da inatividade da mesa. Fala da constestação feita pelo CNS e diz que repassará aos
77 demais conselheiros. Relata que houve um debate sobre saúde realizado pelo Gabinete Digital do
78 Governo do Estado e que o CES foi convidado a enviar um representante, com a condição que o
79 representante fosse uma mulher. Conselheira Cláudia Santos do SERGS foi a representante.
80 Comenta sobre uma pesquisa sobre o Hospital São Pedro, onde 30% da população disse que está
81 numa condição ruim. Reforça que o SUS não tem gestor. Comenta sobre os leitos de Porto Alegre,
82 que estão lotados, com pessoas idosas nos corredores. Quanto à legislação, a lei é inconstitucional e
83 talvez não passe pela Assembleia Legislativa, mas se passar, será mais difícil de lutar contra, por
84 isso terão que tomar uma atitude forte. Jairo Tessari comenta sobre o fato dos políticos os verem
85 como representantes de suas entidades e não do CES. Reforça que as entidades devem fazer sua
86 parte, começando por uma conversa com os deputados mais próximos à elas. Claudio faz uso da
87 voz. Reforça a necessidade dos conselheiros tomarem atitudes. Diz que quanto às emendas ele não
88 se preocupa, pois são inconstitucionais e que a Comissão que julgará a lei e as emendas, têm a
89 tarefa de avaliar a legalidade, não o mérito. Relata sobre conversas que tiveram com as bancadas e
90 relata o resultado. Diz estar preocupado com o concurso, que demorou para sair e tem alguns
91 pontos questionáveis, como o destino das vagas. Questiona o número de vagas destinadas a Viamão.
92 Relata que não há justificativa por parte do SES para certas questões do concurso e que podem estar
93 ilegais. Paulo reclama a ausência do secretário Elemer e nesse momento um visitante da Plenária,
94 representante da SES, diz que solicitará sua presença. Paulo solicita voluntários para discutir as
95 ações a serem efetuadas quanto à questão da lei. Os que se manifestam: João Pawlak, Odil Gomes,
96 Claudio Augustin e Eni Bahia. Quanto ao ponto da proposta de resolução da peça orçamentária,
97 Paulo diz que não será discutido, pois a SES não apresentou todas as informações necessárias. **3º)**
98 **Proposta de Resolução do CES/RS – PAM – DST/AIDS-2012:** Jairo Tessari apresenta a proposta.
99 É aberto o debate. Cristiane se manifesta e pergunta se essa resolução é a mesma apresentada
100 anteriormente, o qual já tinham desaprovado. Paulo explica que é uma reapresentação para que, em

101 seguida, sejam feitas as críticas e que a SES dê seu parecer, com propostas de soluções, como
102 acordado entre a SES e a comissão responsável. Jair, representante da SES, manifesta a opinião da
103 Secretaria. Comenta que há um parecer que chegou a eles sobre a proposta. Paulo pergunta se a
104 comissão aprovou ou não a proposta e um conselheiro (que não se identificou) disse que não. Paulo
105 pergunta o que foi que mudou na nova proposta. Márcia, da Comissão de DST/AIDS, apresenta as
106 propostas da comissão para as mudanças na resolução, que consistem em alteração de alguns
107 valores de metas. Cláudio se manifesta. Diz que apesar das metas terem sido quase cumpridas, são
108 valores pequenos, considerando os recursos que estão disponíveis, mas que por falta de gestão, não
109 foram repassados, como a Márcia comentou em seu discurso. Márcia comenta isso, reafirmando,
110 que o problema é a falta de parceria entre a SES e a Comissão. Ana Maria Martins, do Sindicato
111 Médico, pergunta quanto deixou de ser gasto. Márcia comenta que há um valor restante da PAM e
112 um valor em conta ainda. Jair comenta que o percentual de execução das metas não se refere aos
113 valores aplicados. Como há uma série de eventos, o percentual de execução se refere ao sucesso das
114 ações. Tais ações só são planejadas após o recebimento dos recursos. Diz que há disponibilidade de
115 informações para que as pessoas investiguem se há ou não sobra de recursos. Jair comenta que a
116 gestão pública depende de uma série de questões além de dinheiro para executar as ações e são
117 essas questões que não permitiram os 100% das metas. Comenta que há um bom alcance das metas.
118 Maria da Glória, da Secretaria do Planejamento, faz uso da voz. Pergunta o que acontece se a
119 proposta não for aprovada hoje. Jair responde que esse é um direito do CES e que a não aprovação
120 seria uma manifestação por parte do controle social que deveria vir com uma contra-proposta para a
121 melhoria. Explica que somente os municípios que tiverem uma tarefa no qual seja aprovada e
122 indicada uma meta de 70% , receberão recursos. Ana Maria Martins pergunta o valor anual de
123 aplicação em 2012. Jair disse que há valores diferentes repassados aos estados e aos municípios,
124 mas que são cedidos juntos, sendo o total um pouco mais de 80 milhões, sendo por volta de 2
125 milhões para o Estado e 1 milhão para o programa da forma láctea. Odil Gomes faz uso da voz. Diz
126 que fica surpreso com o que aconteceu no governo do Rigotto, quando a doença estava no começo
127 de se tornar epidemia, que uma boa parte dos recursos destinados ao combate a AIDS retornou à
128 União por falta de aplicabilidade. Ana Valls, da Agapan, pede esclarecimento quanto à alguns
129 valores de meta que, se diminuídos como querem, se tornam muito irrealistas, como uma que foi
130 atingida apenas 50%, se reduzida como querem, chega a 100%. Ela mostra outros dados alterados
131 que são questionáveis. Jair explica as análises e as motivações de alteração dos valores. Paulo
132 comenta que os questionamentos, que exigem uma maior detalhamento das ações das metas, devem
133 ser respondidos em um exclusivo ponto de pauta de uma plenária. Cláudio faz uso da voz. Diz que é
134 difícil ter uma clareza do que se foi feito sem tal detalhamento. Mesmo que as explicações sejam
135 enviadas em um documento prévio. Paulo comenta que porcentagens são relativas quanto aos
136 resultados. Sugere a Jair que envie o documento para que em outra plenária se resolva. **5º) Proposta**
137 **de alteração do Regimento Interno do CES/RS (Art. 23 - Integrantes da Comissão**
138 **Permanente de Fiscalização):** Paulo faz a leitura proposta de alteração do regimento interno. Ele
139 abre as inscrições. Ana Valls sugere que se apague a palavra “prioritariamente” em uma parte de um
140 artigo, pois ela presente abre a possibilidade de que haja uma Comissão Permanente de Fiscalização
141 sem conselheiros. Cláudio faz uso da voz e diz que tem outra leitura. Comenta que retirar a palavra
142 mantém a exclusividade de conselheiros. Vera Leonardi faz uso da voz e defende manter o termo,
143 repetindo a visão de Cláudio. Eni Bahia pergunta se a comissão permanecerá ativa caso os
144 conselheiros saiam e fiquem não-conselheiros. Cláudio redefende que deve-se convocar outras
145 instituições a participarem. Márcia, da escola de saúde pública, comenta que há necessidade
146 também que as outras comissões estivessem funcionando plenamente, tendo muitas estando vazias.
147 Paulo pergunta se há mais alguma consideração. Não há manifestação. As propostas são
148 reapresentadas. A maioria vota por aprovar a proposta, sem alteração alguma. Marcos Weber, da
149 SES, se manifesta e diz que irá responder dois questionamentos feitos sobre o concurso. O primeiro
150 é o motivo das vagas serem destinadas para Porto Alegre/Viamão. Explica que isso é por causa da
151 confusão em relação ao Hospital Colônia Itapuã, que era de Porto Alegre, mas agora é de Viamão.
152 O segundo é a escolha dos cargos e a quantidade de vagas. Relata que o número e a distribuição

153 obedece ao que se pode legalmente fazer, conforme contrato emergencial. Cláudio faz uso da voz e
154 diz que contratos emergenciais ele não considera, pois não há fundamento nem legal para um
155 contrato do tipo. Relata que os nomes de cargos estão muito genéricos, separados por profissões,
156 sendo alguns nomes que nem existem mais ou equivocados. Diz que se deve especificar os cargos e
157 suas funções. Questiona quais são as necessidades sobre cada cargo. Marcos Weber responde que a
158 questão do contrato emergencial foi definida por lei. Quanto aos cargos, ele diz que mesmo que o
159 nome seja genérico, as funções são bem definidas. Ainda sobre os cargos, diz que estão fazendo
160 algumas retificações por causa dos nomes de alguns cargos. Outros, como o de físico, diz que foram
161 escolhidos por demandas feitas pelos departamentos. Cláudio faz uso da voz. Diz que o concurso da
162 SARH foi feita em cima de outra lei, em cima de outra estrutura. A nova lei, segundo ele, tem uma
163 estrutura diferente. Porém, ela não estabelece a restrição de profissionais para funções do jeito que
164 foi feito no Edital. Marco diz que realmente a lei mudou, mas não proíbe que se faça o que se tem
165 feito. Diz que não concorda, mas foi feito assim. Paulo faz uso da voz. Comenta que se o concurso
166 for feito assim e tiverem que entrar na justiça, então irão entrar e que poderiam ter passado a
167 elaboração do Edital para o CES participar. Diz que não haverá debate pela falta de conselheiros,
168 que se ausentaram no decorrer da plenária. Nada mais havendo a tratar, Paulo Humberto Gomes da
169 Silva, Presidente do CES/RS, deu por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo,
170 lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre,
171 24 de outubro de 2013.

172
173 Paulo Humberto Gomes da Silva
174 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

175
176
177 Alfredo Gonçalves
178 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

179
180
181 Jairo Francisco Tessari
182 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand
Coordenador do CES/RS

183
184
185 Carlos Alberto Ebeling Duarte
186 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS